

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ECONOMIA E TURISMO

Ao trigésimo dia do mês de junho de dois mil e vinte e um, pelas dez horas, reuniu no Auditório do Rivoli – Teatro Municipal, o Conselho Municipal de Economia, composto pelos representantes dos respetivos membros identificados na lista anexa à presente ata e que dela faz parte integrante – Anexo I; e o Conselho Municipal de Turismo, composto pelos representantes dos respetivos membros identificados na lista anexa à presente ata e que dela faz parte integrante – Anexo II, devidamente convocados para o efeito.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira deu início à reunião, cumprimentando e agradecendo a presença de todos.

Deu nota de que terá de sair da reunião às 11h20 devido a um compromisso inadiável.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira deu início ao Período da Ordem do Dia colocando à votação as atas.

1. Ata da reunião do Conselho Municipal de Turismo de 25 de fevereiro de 2021.

Aprovada, pelos membros presentes na reunião de 25 de fevereiro de 2021.

2. Ata da reunião do Conselho de Economia de 25 de março de 2021.

Aprovada, pelos membros presentes na reunião de 25 de março de 2021.

3. O papel do transporte aéreo na Cidade e Região:

a. o papel da TAP;

b. o apoio às conexões aéreas.

O Senhor Vereador Ricardo Valente apresentou os dados oficiais relativos ao tráfego no Aeroporto Francisco Sá Carneiro desde 2003 até maio de 2021 relativamente às principais companhias aéreas.

Propôs discutir o futuro da Região do ponto de vista do Turismo e a relevância do papel da TAP no futuro próximo.

Referiu que o quadro apresentado demonstra que, por um lado, as companhias estrangeiras têm um peso relevante do ponto de vista do Aeroporto do Porto. Disse que a TAP pesará 25% em

termos de números agregados no Aeroporto do Porto. Sublinhou que grande parte destes números dependem da ponte aérea Porto-Lisboa, portanto, é tráfego da ponte aérea, não são ligações do Porto para fora.

Colocou à discussão a questão da TAP e a questão de como é que Região Norte deve, de forma mais assertiva como um todo, estar mais ligada à promoção externa e ao apoio às ligações internacionais por parte de outras companhias. Considerou que a Região, a partir de determinado momento, tem de colocar em cima da mesa que o financiamento à TAP tem de ser contrabalançado com financiamentos à ligação aérea às regiões que não têm a TAP como companhia que faça o serviço; e, por outro lado, colocar a hipótese de, nesse cenário, a própria Região, ou seja, os próprios municípios terem parte do seu orçamento ligado à questão da promoção da interligação aérea do ponto de vista dos voos internacionais.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que a questão da TAP não é nova; o problema que têm com a TAP não resulta apenas da situação da crise, o problema da TAP com o Porto é um problema antigo, porque há sempre a dúvida se é ou não razoável que a TAP faça as suas escolhas enquanto operador aéreo. Referiu que se a TAP for um operador privado pode fazer as escolhas que quiser; se for um operador público a questão muda radicalmente de figura, porque terá que haver um interesse público e este não se pode esgotar numa cidade, numa região ou num aeroporto. Sublinhou que atualmente a TAP volta a ser pública, os acionistas privados saíram da TAP e, portanto, estão confrontados com a situação de ser uma empresa pública. Acrescentou que a TAP não é uma empresa autossustentável, logo só faz sentido ela subsistir se houver um interesse público ligado a sua atividade. Disse que quando analisam o que deve ser o interesse público de uma companhia aérea, ela deve ser rentável, mas, na sua opinião, isso não parece exequível; ou ela tem de ser capaz de preencher as falhas de mercado, mas não é isto que acontece, pois a TAP tem vindo a anunciar carreiras para a Croácia, para a Ibiza para que os portugueses vão fazer férias, ou seja, a TAP transforma-se num exportador de turistas portugueses para outros destinos; destinos que não pagam à TAP o custo dessa operação.

Perguntou qual devia ser o interesse estratégico. Disse que considera que o interesse estratégico da TAP, num país que tem ilhas devia, ser, desde logo, garantir um serviço regular e de qualidade para as suas ilhas, mas não é isto que se verifica.

Considerou que seria razoável que a TAP tivesse uma frota suficientemente capaz de responder a situações de emergência.

Disse que o Governo ainda não conseguiu explicar qual é o interesse estratégico da TAP e aquilo que defendem é que o interesse estratégico para o Aeroporto Francisco Sá Carneiro e para a Região é ser bem servido, de preferência ponto a ponto, porque sabem que, atualmente, muitos dos passageiros, principalmente nos voos intercontinentais, não querem fazer escalas e, portanto, têm que garantir que a Cidade, a Região e o Aeroporto do Porto são capazes de atrair esse tipo de operadores, sabendo que a TAP não vai fazer esse serviço.

Referiu que a TAP vai custar mais ou menos mil milhões por ano e, portanto, têm de ser capazes de reivindicar que uma parcela idêntica ou proporcional tem de lhes ser entregue para que consigam cumprir com as falhas de mercado e atrair operadores privados.

O Senhor Presidente de ACP – Associação Comercial do Porto, Nuno Botelho disse que, há cerca de um ano, na Associação Comercial do Porto, a propósito da injeção de capital do Estado na companhia e da providência cautelar que interpuseram para tentar impedir que esse dinheiro fosse injetado sem condições numa companhia que consideram falida, defendem que se confine a TAP a Lisboa e que se tente reivindicar a parte que cabe ao Porto para tentarem captar rotas que lhes permitam avançar. Sugeriu que se tentasse envolver autarquias vizinhas, mas também autarquias do Algarve. Deu conta de que fez vários contactos com autarquias e com associações empresariais do Algarve. Considerou que o Algarve podia ser um aliado para esta causa.

Afirmou que têm de se bater para ter um serviço que lhes permita captar rotas e esta é uma questão política.

Referiu que Portugal tem 3 companhias aéreas subsidiadas pelo Estado, o que é incompreensível num País cheio de dívidas e com imensas carências. Sugeriu que se reivindicasse que a TAP não prestasse serviço no Porto.

Afirmou que acredita que a Madeira também entraria nesta equação.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que uma das justificações que o Governo dá sucessivamente relativamente à TAP é a importância vital para Lisboa da existência de um Hub; sem querer desmerecer esse argumento, essa é claramente uma política de índole regional. Disse que, sendo um Hub, o interesse da TAP é apenas drenar passageiros do Aeroporto Francisco Sá Carneiro para utilizar no Aeroporto de Lisboa e depois está o Porto a pagar o dreno.

Concordou com o Presidente da Associação Comercial do Porto e considera que era importante tomarem uma posição.

Deu nota de que têm dialogado com outros municípios, mas infelizmente esta matéria da TAP é sempre muito sensível.

Disse que a TAP tem uma estratégia muito associada ao Turismo de Lisboa e muito ligada à justificação do novo aeroporto de Lisboa. Referiu que esta missão da TAP é contrária aos interesses do Porto e, portanto, considera que, mais cedo ou mais tarde, seria muito importante afirmar que o Porto não quer que a TAP venha ao Porto. Sublinhou que a não utilização da TAP não é um comportamento antipatriótico, antes pelo contrário, porque o País não se esgota numa única estratégia de uma única cidade, de uma única região, de um único aeroporto.

Acrescentou que ainda não sabem como é que a União Europeia vai reagir relativamente àquilo que são as ajudas de Estado à TAP, portanto, também este parece ser o momento certo, porque é preciso explicar ao Governo que se a União Europeia não vier a permitir as ajudas de Estado à TAP a situação do País pode tornar-se complicada.

Disse que o País não pode dizer que é estrategicamente importante ter uma companhia aérea de bandeira.

Considerou relevante tomarem uma posição. Sublinhou que os contactos com outras autarquias têm sido feito, mas, infelizmente, também por razões, muitas vezes, político-partidários é muito difícil encontrar pessoas capazes de vocalizar esta situação da forma que a CMP o tem feito.

O representante da SONAE, Senhor Luís Reis disse que tem a sensação que estão a falar no deserto, ou seja, estão a falar para quem não os escuta. Afirmou que tem visto a batalha do Senhor Presidente da CMP e do Senhor Presidente da ACP com simpatia mas sente que não saem do mesmo sítio.

Referiu que não sabe se existe ou não um interesse regional que se possa utilizar juridicamente em duas frentes: a primeira em Bruxelas; considera que seria corajoso a Região do Porto ou a Cidade do Porto ir a Bruxelas dizer que está contra as ajudas do Estado Português à TAP nos moldes que elas estão a ser feitas. Disse que este é o momento de dizer que a TAP não interessa ao Porto nem à Região Norte.

Considerou que se devia discutir nos tribunais portugueses se existe a possibilidade de alegar o interesse regional para limitar o campo de manobra do Governo e para exigir aquilo que o Senhor Presidente da CMP referiu.

Do seu ponto de vista, está na altura de assumir a questão do concurso público, não porque ele seja necessário mas porque ele é um sinal para terceiros do interesse em abrir as ligações ponto a ponto. Saliu a importância das ligações ponto a ponto em termos do Turismo e dos negócios. Disse que gostou da ideia de se associarem à Madeira ou a Faro.

Afirmou que existem, pelo menos, 3 companhias aérea que gostariam de ver associadas ao Porto: a Ibéria por razões relacionadas com a cobertura da América Latina, que a TAP não dá; a Luftansa pela cobertura da Ásia, que a TAP não dá; e a eventualmente a British Airways devido à saída de Inglaterra da União Europeia. Realçou a importância de ter uma ligação a um Hub nos Estados Unidos.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira concordou em agir com o *soft power* junto de Bruxelas.

Relativamente às ações judiciais, disse que a ACP tentou fazer isso, mas sem sucesso. Referiu que o Município do Porto não tem mandato para o fazer e, não existindo uma organização regional, a única entidade que poderia fazê-lo é a Comissão de Coordenação da Região Norte, mas acredita que esta não o vá fazer. Sublinhou que talvez a Entidade de Turismo em conjunto com a Entidade de Turismo do Algarve pudessem considerar essa hipótese.

Disse que as cidades não têm possibilidade do diálogo oficial com a Comissão Europeia, ou seja, o diálogo é apenas entre Estados.

O Senhor Presidente de ACP, Nuno Botelho mostrou a disponibilidade da Associação Comercial do Porto para colaborar com a CMP. Acrescentou que a equipa jurídica da Associação está disponível para colaborar com a CMP.

O Senhor Vereador Ricardo Valente disse que, na penúltima reunião de Direção da ATP, deliberaram dar nota ao Ministro da Economia e a Secretaria de Estado de Turismo da repulsa relativamente àquela que tem sido a estratégia do Governo Central em relação à TAP.

Referiu que o corpo jurídico não pode ser o Município, pois este não tem essa capacidade.

Deu nota de que tem dialogado com a Câmara Municipal de Faro e com a ATA – Associação de Turismo do Algarve e eles ainda se sentem mais reféns do que o Porto.

Disse que o Município do Porto tem assento na Entidade Regional, na Associação de Turismo do Porto e Norte e podem propor que estas entidades funcionem como veículos do ponto de vista deste tipo de questões.

Afirmou que o interesse público não pode ser só o da capital.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que, se houver consenso, deviam dirigir também uma moção destes Conselhos Municipais aos deputados eleitos pelo círculo eleitoral do Porto.

Considerou importante, numa matéria tão sensível, perceber qual é a posição dos deputados eleitos pelo círculo eleitoral do Porto. Afirmou que não prevê nada de bom, porque o silêncio tem sido sepulcral, mas considera que devem confrontá-los com a realidade.

O representante da ANA – Aeroportos de Portugal, SA, Francisco Pita disse que a TAP é uma cliente como muitos outros que têm no Porto e, portanto, têm de ter uma posição de alguma neutralidade em relação a todos os seus clientes. Acrescentou que entendem que o potencial de desenvolvimento do Aeroporto do Porto está longe de estar maximizado.

Considerou que o apoio ao desenvolvimento de rotas é particularmente interessante e relevante. Disse que o Aeroporto do Porto foi o aeroporto que recuperou mais em tempos de pandemia, o que resulta, entre outros fatores, do tráfego turístico da Região. Saliu que o Aeroporto do Porto já conseguiu recuperar cerca de 75% das suas rotas. Na sua opinião, a preocupação são os 25% que faltam.

Mostrou a sua preocupação com as operações de longo curso, que é fundamental recuperar. Acrescentou que a segunda prioridade é retomar o plano de desenvolvimento de rotas que já tinham aprovado com a Associação de Promoção do Porto. Referiu que neste plano estavam identificadas mais de 25 oportunidades de novas rotas com companhias aéreas diversas. Mostrou-se disponível para colaborar.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira propôs preparar um texto para ser enviado aos Senhores Deputados eleitos pelo círculo do Porto, ao Governo e ao Senhor Presidente da República. Acrescentou que esse texto serviria de base para outras posições que vierem a tomar. Disse que irá tentar perceber como é que poderá entrar em contacto com as autoridades em Bruxelas.

Pedi para que os Senhores Conselheiros enviassem os seus comentários ao texto que irão redigir.

Afirmou que as duas rotas mais importantes e que estão em falta neste momento são: a Emirates por causa da grande ligação que tem ao Índico e ao Pacífico; e a United Airlines por todas as ligações que tem, não apenas com Nova Iorque, mas toda a possibilidade que tem na América do Norte e também na América Central.

Sublinhou que a CMP continua disponível para colocar recursos através da Entidade de Turismo, mas têm de reivindicar ao Turismo de Portugal e ao Ministério da Economia os recursos necessários.

Referiu que na Europa também existem alguns problemas, porque a frequência para determinadas cidades e os horários para determinadas cidades e os aeroportos utilizados não são compatíveis com quem faz viagens de trabalho.

Disse que precisam das companhias mais tradicionais que operem nos aeroportos tradicionais e que têm voos às horas que lhes interessam.

Foi dado conhecimento.

4. Apoios à atividade empresarial na Cidade: eixos de atuação e meios a utilizar.

O Senhor Vereador Ricardo Valente disse que aquilo que têm no PRR são 7.7 mil milhões de euros previstos de apoio às empresas que se repartem entre 5 mil milhões de apoio direto e 2.7 mil milhões de apoio indireto, tudo isto a executar nos próximos cinco anos.

Afirmou que os 5 mil milhões dividem-se por um conjunto de áreas como a transição digital, a inovação, a qualificação dos recursos humanos, a capitalização das empresas, a descarbonização e a bioeconomia. Sublinhou que as "fatias" mais relevantes são para a inovação e para a capitalização de empresas.

Disse que o Banco de Fomento está finalmente em funcionamento e tem uma missão de apoio direto ao desenvolvimento da economia, fomentando a modernização das empresas, promovendo a sustentabilidade empresarial e a coesão económica social e territorial. Referiu que para o Município interessa fundamentalmente o terceiro eixo, ou seja, promover a coesão territorial em Portugal. Afirmou que entendem que tem de existir uma política do Banco de Fomento de âmbito regional e até de âmbito local.

Disse que o Banco de Fomento tem um capital de 255 milhões de euros, basicamente com estas 5 áreas estratégicas: financiamento a PME, projetos de inovação, economia verde, financiamento de infraestruturas e a questão do impacto social, da inovação social e da habitação social.

Referiu que, especificamente do ponto de vista de apoio à economia Covid, o Banco de Fomento levou a cabo um conjunto de medidas de apoio. Acrescentou que foi criado um fundo de 200 milhões de euros geridos pelo Banco de Fomento que incidem sobre áreas de inovação e áreas de turismo e indústria.

Referiu-se à chamada SDI – Sociedade de Desenvolvimento Industrial, a antiga PME Investimentos, que é um veículo de financiamento para todo o conjunto das empresas que existem no País. Sublinhou que a ideia é a SDI ser utilizada como veículo de capitalização no eixo capitalização do PRR e a ideia é que sejam estas sociedades de desenvolvimento industrial a fazer a função da capitalização.

Disse que houve 18 mil milhões de euros em instrumentos de dívida, o que é colossal e houve 355 milhões em instrumentos de capital, portanto, isto não são instrumentos de capitalização, isto são instrumentos de oneração de ativos. Referiu que é impossível financiar a inovação quando o meio de financiamento é a dívida.

Considerou que precisam de uma capitalização que seja seletiva de empresas e que não seja transversal e cega; precisam de uma industrialização inteligente.

Disse que têm atualmente um modelo de SDI que assenta fundamentalmente em dívida. Referiu que se querem retransformar a economia, têm que ligar a inovação com a capitalização.

Afirmou que no Município do Porto, em 2020, avançou com a ideia de lançar um fundo municipal, ou seja, terem um fundo próprio, mas não poderiam porque não tinham sequer um instrumento para o fazer e por isso foram falar com o Banco de Fomento para estruturar um meio de o fazer; contudo chegaram à conclusão que também não tinham esse meio.

Afirmou que a ideia é poderem criar os meios para que o PRR não seja mais uma oportunidade perdida.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que uma das questões que os preocupa é a não territorialização das políticas associadas à “bazuca”, porque isto vai ser decidido pelos suspeitos do costume e para os suspeitos do costume. Considerou importante tentarem, pelo menos, encontrar SDI temáticos, por exemplo, para a área da metalomecânica que é hoje uma das áreas fundamentais não só no Norte, mas na exportação e na complexidade porque estão muito associados à investigação. Referiu que, quando olham para a investigação em Portugal hoje, a Norte mais de metade da investigação é paga pelas empresas, mas a situação em Lisboa e Vale do Tejo é completamente diferente. Afirmou que uma vez que não podem decidir tudo, defendem que podem ter uma parcela relativamente a determinadas áreas e determinadas indústrias, que são fáceis de identificar, como a metalomecânica. Referiu-se ao caso da Efacec. Afirmou que precisam de uma SDI que possa entrar no capital das empresas que, antes desta crise, estavam a navegar, ou seja, não podem ir salvar as empresas que estavam mal há um ano

e meio, mas podem salvar as empresas que estavam bem há um ano e meio e que sofreram com esta crise. Sublinhou que essas empresas não precisam dos instrumentos habituais, elas precisam de capitalização durante um período e isso pode ser através de ações preferenciais ou ações ordinárias através deste Fundo, com uma intervenção na gestão e depois uma cláusula de saída, ou seja, haveria um momento em que o Fundo sairia dessas empresas, podendo assim reprocessar todo o tecido económico. Acrescentou que um dos problemas das empresas portuguesas é a subcapitalização e o sobre-endividamento. Realçou que é necessário alterar a legislação que atualmente não permite que os municípios tenham este tipo de intervenção.

Disse que o drama destas empresas, que entraram em dificuldades no último ano, é que muitas delas estão à venda a valores muito baixos, porque os acionistas dessas empresas não estão, neste momento, disponíveis para contrair dívida para essas empresas porque estão a ser exigidas garantias pessoais e porque, neste momento, o País desconfia de quem pede dinheiro emprestado, portanto, há também um problema de credibilidade que se podia reconstruir.

Referiu que existem municípios interessados em participar na territorialização da “bazuca” e municípios com uma situação financeira que o permitiria, como por exemplo Famalicão.

O Senhor Presidente de ACP, Nuno Botelho concordou com a sugestão do Senhor Presidente Rui Moreira.

Sugeriu solicitar uma reunião à Comissão liderada pelo Eng. Costa e Silva, pois acredita que haveria possibilidade de introduzir este tema. Sublinhou que acredita que a Comissão é sensível a algumas questões.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira deu nota de que já falou com a Senhora Dr.^a Leonor Sopas que, aliás, foi convidada para fazer parte da equipa.

Disse que a questão fundamental é a alteração da lei que permita que os municípios participem neste tipo de instrumentos, o que, até hoje, está reservado apenas ao Estado Central através dos seus instrumentos tradicionais. Referiu que o Estado Central não quer que os municípios entrem exatamente por causa da resistência à territorialização. Sublinhou que a sua preocupação não é tanto a equipa da PRR, que considera que os acompanha nesta preocupação e que percebe que este é o tema. Afirmou que haverá a necessidade de criar SDI para outras áreas, como por exemplo para a agropecuária. Referiu que não havendo instrumentos intermédios e não havendo regiões, isto só pode ser feito através dos municípios e isso implica uma alteração à lei.

Concordou em falar com a Comissão referida no sentido de eles os ajudarem nesta missão hercúlea de alterar a legislação.

Afirmou que vão perceber rapidamente que a locação dos recursos vai ser feita por pessoas que vivem num ecossistema diferente e com uma economia diferente.

Disse que os instrumentos centrais vão sempre favorecer aqueles que estão mais próximos das ameias do castelo.

O Senhor Vereador Ricardo Valente apresentou aquilo que têm feito e aquela que foi a situação na Cidade. Disse que este documento foi preparado pelo Gabinete de Informação e Estudos Estratégicos, que existe dentro do Gabinete de Economia, e felicitou a equipa pelo trabalho realizado. Referiu que o estudo estratégico tem o nome de ResiliPorto e retrata os 365 dias de resistência da Cidade à pandemia.

Referiu que o estudo faz uma caracterização da economia da Cidade.

Sublinhou que, do lado do Turismo, houve basicamente um colapso total e a Cidade nunca chegou a recuperar, ou seja, estão muito longe dos níveis pré-Covid. Sublinhou que a ocupação média na Cidade é hoje baixíssima. Disse que se analisarem as transações multibanco na hotelaria percebem o efeito avassalador da pandemia na indústria hoteleira. Afirmou que existe um problema grave no setor turístico da Cidade, sobretudo na hotelaria.

Referiu-se aos números de passageiros embarcados e desembarcados, dizendo que o Porto é uma Cidade que depende fundamentalmente do transporte aéreo. Disse que a defesa do Aeroporto Francisco Sá Carneiro é a questão número um, do ponto de vista da Cidade e da Região, no que diz respeito ao Turismo.

Apresentou os dados relativos ao desemprego, que são relevantes. Disse que o desemprego subiu bastante e afetou sobretudo os menos qualificados, o que demonstra o impacto que o Turismo tem do ponto de vista social. Em termos de grupos etários no que diz respeito ao desemprego, disse que o grande crescimento é na faixa etária dos 25 aos 35 anos.

Referiu-se aos empréstimos a sociedades não financeiras, dizendo que esta crise foi uma crise onde o *stock* de dívida, do ponto de vista de empresas, sobe enormemente, ou seja, grande parte dos apoios à economia não foram na realidade apoios à economia, foram endividamento. Sublinhou que o aumento do crédito é avassalador na Área Metropolitana do Porto.

Em termos de empréstimos vencidos, disse que aquilo que se verifica é um aumento da massa de crédito que, sem atividade económica, é algo que os deve preocupar.

Abordou a questão da resiliência das empresas. Disse que, em termos estatísticos, tiveram crescimento de empresas e não redução do número de empresas.

Em termos de balanças de transações, as exportações têm andado bem do ponto de vista da Região e as importações têm-se mantido relativamente estáveis.

Deu nota que atualmente com o Business Intelligence da CMP conseguem acompanhar em tempo real a atividade económica na Cidade.

Afirmou que vão criar um sistema de Business Intelligence e vão torná-lo público. Referiu que este sistema vai permitir que as pessoas tenham estatísticas em tempo real do ponto de vista das várias atividades empresariais que acontecem na Cidade.

Disse que vão conseguir medir o pulso da economia da Cidade a partir das diferentes freguesias da Cidade.

Deu nota de que ainda estão a finalizar este documento, que depois será distribuído e publicado.

Disse que despoletaram um conjunto de medidas e elencam neste documento todas as medidas que tomaram do ponto de vista de empresas e famílias, desde as atividades culturais à habitação social.

Sublinhou que o Município anulou todas as taxas municipais; todas as taxas das suas *utilities* ligadas à atividade empresarial e fizeram-no para todo o ano de 2021.

Deu conta da criação da linha "Revitaliza Porto", através da qual apoiaram mais de 300 empresas, sobretudo, as microempresas.

Salientou a importância da medida "Reinventar Porto", que foi um programa de qualificação que apoiou 200 empresas de múltiplos setores.

Em termos de Comércio e Turismo, disse que criaram um regime excepcional para as esplanadas e hoje existem na Cidade mais de 400 esplanadas.

Acrescentou que criaram um apoio aos hotéis e alojamentos locais durante a primeira fase da pandemia para receberem os médicos e enfermeiros. Realçou que o Porto foi a única Cidade do País a criar este sistema, que permitiu que os médicos e enfermeiros que estavam nos hospitais públicos e privados da Cidade ficassem alojados durante a primeira fase da pandemia.

Disse que reduziram em 50% todos os valores de rendas que tinham nas propriedades da CMP com atividade comercial.

Realçou que criaram um programa de incentivos que ainda está em vigor. Disse que já apoiaram mais de 1 milhão e 100 mil euros de vendas na Cidade com descontos ao pequeno comércio.

Sublinhou que criaram sistemas de isenção de estacionamento e criaram para o comércio um sistema de gratuidade para a primeira hora na Cidade do Porto em todos os parques, públicos e privados.

Referiu-se ao Programa "Confiança Porto", que é um programa de qualificação da oferta turística do alojamento local.

Deu nota de que criaram o "Reurb", que é um sistema de promoção do investimento na Cidade com redução das taxas urbanísticas automáticas em 50%.

Afirmou que a Cidade do Porto portou-se melhor do que a Cidade de Lisboa durante a Pandemia. Referiu que o desemprego sobe mais em Lisboa do que no Porto; a atividade económica contrai mais em Lisboa do que no Porto; o Norte porta-se muito melhor que a média nacional quer em termos de contração económica quer em termos de emprego.

O representante da Escola de Hotelaria e Turismo do Porto, Senhor Paulo Morais Vaz

disse que se apercebeu, nesta fase, da enorme dificuldade das empresas da área do Turismo e da Hotelaria em contratar recursos humanos. Referiu que não sabe de que forma é que poderiam dinamizar a procura desses recursos, mas é algo que tem de ser feito.

Disse que na Escola de Hotelaria são constantemente bombardeados com pedidos de apoio para encontrar recursos humanos.

Afirmou que teme que quando a procura comece a crescer na área do Turismo não tenham recursos humanos para dar resposta.

Sublinhou que a Escola continua a ter uma procura elevada por parte dos alunos.

O Senhor Vereador Ricardo Valente deu nota de que continuam a abrir hotéis novos no Porto.

O representante da Escola de Hotelaria e Turismo do Porto, Senhor Paulo Morais Vaz disse que continuam a abrir mas com estruturas de recursos humanos no mínimo.

O Senhor Vereador Ricardo Valente disse que é verdade essa afirmação, mas existem perspetivas de crescimento futuro. Deu conta de que têm dialogado com os vários hotéis que lhes dão nota da dificuldade em recrutar recursos humanos, o que é difícil de perceber.

O representante da ALEP – Associação do Alojamento Local em Portugal, Senhor Nuno Trigo disse que os recursos humanos estão num beco sem saída porque houve redução de pessoal; algumas das pessoas abandonaram o setor do Turismo e agora as empresas querem contratar e não conseguem. Saliu que não existem apoios à contratação efetiva para empresas deste setor. Sublinhou que as empresas precisam de apoios e a instabilidade da pandemia não permite que os empresários tomem decisões de uma forma estruturada e efetiva. Disse que, em 2020, o grande dilema das empresas do Turismo foi a questão da capacidade financeira e da tesouraria; em 2021 há dois problemas: a capitalização e os recursos humanos.

O Senhor Vereador Ricardo Valente disse que o Município não tem capacidade de intervenção, porque isso é uma questão de flexibilidade laboral.

O representante da ALEP, Senhor Nuno Trigo considerou que o IIEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional devia ajustar-se à nova realidade que o País vive.

O representante da DECO, Senhor João Guerra congratulou a CMP pelo esforço que tem feito através dos programas que foram apresentados.

Deu os parabéns ao Programa "Confiança Porto" pela criação do mediador do alojamento local.

Foi dado conhecimento.

5. Outros assuntos.

O representante da SONAE, Senhor Luís Reis mostrou uma preocupação económica relacionada com a vacinação. Revelou que tem receio que a histeria com o atraso de Lisboa possa traduzir-se num atraso no Porto. Disse que Lisboa, neste fim-de-semana, ultrapassou o Porto no número de pessoas vacinadas com a 1.ª dose e tem receio que a Região Norte e concretamente

a Cidade do Porto fiquem para trás no programa de vacinação. Afirmou que a CMP tem de garantir que ninguém fica para trás, por que caso contrário terão o fenómeno das "ameias do castelo" repetido na vacinação.

O Senhor Vereador Ricardo Valente concordou com o Senhor Luís Reis e considera que essa é uma questão chave. Saliu que a CMP tem feito um trabalho persistente junto do Governo Central em relação à questão da vacinação. Realçou que o Porto propôs ao Governo Central, há três meses, um centro de vacinação que permitia vacinar toda a Cidade até junho. Disse que percebem que tem de haver um ritmo de vacinação ligado ao *stock* de vacinas, mas não percebem por que razão, de repente e porque há um foco numa área, que no caso é Lisboa, a estratégia de vacinação é alterada.

Afirmou que conseguiram a aprovação do *drive-thru* que vão anunciar ainda esta semana. Disse que vão ter o *drive-thru* a funcionar no Queimódromo, o que vai permitir aumentar drasticamente a capacidade de vacinação na Cidade.

Nada mais havendo a tratar, pelas onze horas e trinta minutos, o **Senhor Vereador Ricardo Valente** agradeceu a presença e os contributos de todos, desejando que a Cidade continue a demonstrar a sua capacidade de resistência e deu por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira.

O Presidente da Câmara Municipal do Porto

Rui Moreira



ANEXO I



**Conselho Municipal de Economia do Porto /
Casa dos 24**

Reunião Ordinária, de 30/06/2021
Lista de Presenças

Página 1 de 3

Entidade	Representante	Assinatura
Câmara Municipal do Porto	Rui Moreira	
Assembleia Municipal do Porto	Miguel Pereira Leite	
Pelouros da Economia, Turismo e Comércio e Gestão de Fundos Comunitários	Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente	
ACP – Associação Comercial do Porto	Nuno Botelho	
ACP – Associação de Comerciantes do Porto	Rubens de Carvalho	
AEP – Associação Empresarial de Portugal	Luis Miguel Ribeiro <i>Luis Miguel Ribeiro</i>	
Aeroporto Francisco Sá Carneiro	Fernando Gaspar Vieira	
AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas do Norte	Manuel Joaquim Reis Campos	
AMP – Área Metropolitana do Porto	Lino Ferreira	
ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários	Pedro Guerreiro	
CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical	João Torres	
Comunidade Portuária do Douro e Leixões	Nuno Araújo	
IPP – Instituto Politécnico do Porto	João Rocha	



Conselho Municipal de Economia do Porto /
Casa dos 24

Reunião Ordinária, de 30/06/2021
Lista de Presenças

Página 2 de 3

Equipa Reitoral da UP – Universidade do Porto	João Correia da Silva	
UGT – União Geral de Trabalhadores	Clara Quental	
Representantes designados pelo Senhor Presidente da Câmara		
Economista	José Manuel Marques da Silva Lemos	
Gestora de Marketing	Inês Santos Silva	
Diretora Geral do Banco BPI	Maria do Carmo Guedes de Oliveira	
Engenheiro	José António Ribera Salcedo	
Vereador (PSD-CMP)	Álvaro Fernando Santos Almeida	
Economista	Bruno António Serzedelo da Costa Carvalho	
Fundador e CEO da Uniplaces	Luís Miguel Gonçalves Vieira Santo Amaro	
Administrador	José Carlos Caldera	
Chief Corporate Center Officer - Sonae	Luis Filipe Reis	
	Manuel de Novaes Cabral	
Presidente do Conselho de Administração da Douro Azul	Mário Nuno dos Santos Ferreira	



Conselho Municipal de Economia do Porto /
Casa dos 24

Reunião Ordinária, de 30/06/2021
Lista de Presenças

Página 3 de 3

Empresário	Vasco Mourão	
------------	--------------	--

ANEXO II



Conselho Municipal de Turismo

3.ª Reunião
30 de junho de 2021
Lista de Presenças:

Página 1 de 5

Presidente da Câmara Municipal do Porto	Rui de Carvalho de Araújo Moreira	
Vereador do Pelouro da Economia, Turismo e Comércio e do Pelouro da Gestão de Fundos Comunitários	Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente	
Vereador do Pelouro do Urbanismo e do Pelouro do Espaço Público e Património	Albino Pedro Pereira Baganha	
União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	Ana Furtado	
União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	Iolanda Filipa Basto da Silva	
União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos	Carla Sofia da Silva Soares Maia	
Junta de Freguesia de Campanhã	António Joaquim Santos Nunes Rodrigues	
Junta de Freguesia de Paranhos	Luís Alberto Bastos Torres	
Junta de Freguesia de Ramalde	Sérgio Paulo da Silva Messias Tormenta	
Junta de Freguesia do Bonfim	José Fernando Nascimento Soares	



Conselho Municipal de Turismo

3.ª Reunião
30 de junho de 2021
Lista de Presenças

Página 2 de 5

Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	Susana Ribeiro	
Associação de Turismo do Porto, AR	Susana Ribeiro	
Movida	Paula Sofia Figueiredo Dias	<i>Paula Sofia Figueiredo Dias</i>
ÁGORA- Cultura e Desporto do Porto, E.M. S.A.	Tiago Andrade	<i>TA</i>
Associação Comercial do Porto	Nuno Botelho	<i>N. Botelho</i>
Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.	José Pedro Pires Machado Carla Vale	<i>José Pedro Pires Machado</i> <i>Carla Vale</i>
Associação Empresarial de Portugal, AEP	Luís Miguel Magalhães Ribeiro	
Direção Regional de Cultura do Norte	Luís Sebastian	<i>Luís Sebastian</i>
Irmandade dos Clérigos do Porto	Pe. Manuel Fernando Soares da Silva AVISADO - TAVARES	<i>Pe. Manuel Fernando Soares da Silva</i>
Santa Casa da Misericórdia do Porto	António Manuel Lopes Tavares <i>Pedro Nunes</i>	<i>António Manuel Lopes Tavares</i>



Conselho Municipal de Turismo

3.ª Reunião
30 de junho de 2021
Lista de Presenças

Página 3 de 5

Fundação de Serralves	Rui Costa	
Fundação Casa da Música	Paulo Seixas Sarmiento e Cunha	
Direção Municipal de Mobilidade e Transportes	Manuel Paulo Alves Teixeira	
Departamento Municipal de Proteção Civil	Carlos Eduardo Saraiva Marques	
Departamento Municipal de Gestão Cultural	Maria Sofia Huet Bacelar Sá Alves	
Metro do Porto, S.A.	Jorge Lopes Afonso Morgado	
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	
ANA Aeroportos de Portugal, S.A.	Francisco José Simões Crespo Vieira Pita	
Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.	Maria Helena Gomes Fernandes	
Autoridade Marítima Nacional	Artur Mateus Pires	
Associação do Alojamento Local em Portugal (ALEP)	Nuno Jorge Sampaio da Silva e Cunha Trigo	



Conselho Municipal de Turismo

3.ª Reunião
30 de junho de 2021
Lista de Presenças

Página 4 de 5

Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP)	Joaquim José Pereira Ribeiro	
Associação da Hotelaria de Portugal (AHP)	Raul Fernando Santos Martins	
Associação Portuguesa das Agências de Viagem e Turismo (APAVT)	Pedro Costa Ferreira	
Universidade do Porto	Maria de Fátima Sousa Basto Vieira	
Instituto Politécnico do Porto	Fernando Flávio Ribeiro Oliveira Ferreira	
Escola Superior de Hotelaria e de Turismo do Porto	Mónica Pereira de Oliveira	
Associação das Atividades Marítimo Turísticas do Douro	Hugo Miguel Nunes de Bastos Rodrigues	
DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, Norte	João Ricardo Pires Trigo Guerra	
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte	Francisco Manuel Martins Lopes Figueiredo	
Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo – Delegação Porto (SITESE)	Artur José Ribeiro da Fonseca Queiró	
Associação dos Comerciantes do Porto (ACP)	Rubens de Carvalho	



Conselho Municipal de Turismo

3.ª Reunião

30 de junho de 2021

Lista de Presenças

Página 5 de 5

Associação Portuguesa de Hotelaria
Restauração e Turismo (APHORT)

Fernando Augusto
Amorim Pinto

Escola de Hotelaria e Turismo do Porto

Paulo Morais Vaz